



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS III – BACABAL - MA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

MARIA ESTERLIAN FERREIRA DA SILVA ALVES LIMA

HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE EM BACABAL- MA

**BACABAL
2019**

MARIA ESTERLIAN FERREIRA DA SILVA ALVES LIMA

HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE EM BACABAL-MA

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Sociologia da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Humanas - Sociologia.

Orientação: Prof^o. Msc. Márcio Javan Camelo de lima

**BACABAL
2019**

LIMA, Maria Esterlian Ferreira da Silva Alves

História do movimento sindical docente em Bacabal - MA ____
Bacabal, 2019.
49 f.

Orientador: Prof^o. Msc.. Márcio Javan Camelo de Lima
Monografia (Graduação) – Universidade Federal do
Maranhão, Curso de Ciências Humanas-Sociologia, 2019.

1. Educação. 2. Movimentos sindicais. 3. Professores.
4. Sinproesemma. I Título

CDU

MARIA ESTERLIAN FERREIRA DA SILVA ALVES LIMA

HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE EM BACABAL-MA

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Sociologia da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Humanas - Sociologia.- Campus III – Bacabal.

Aprovada em Bacabal/MA ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Msc. Márcio Javan Camelo de Lima
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profº. Dr. Evaristo José de Lima Neto
Universidade Federal do Maranhão(UFMA)

Profº. Msc. Jorge Luis Feitoza Machado
Universidade Federal do Maranhão(UFMA)

A Deus onipotente, a minha família que sempre me apoiou, aos meus professores pela dedicação e a todos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter sido sempre o alicerce de minha vida.

A minha família que sempre esteve ao meu lado e dando seu apoio.

A todos os professores que nessa jornada acadêmica me auxiliaram com seus ensinamentos.

Ao meu orientador, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivo.

E a todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação e concretização desse estudo.

A realidade é que as transformações são conquistadas a duras penas.

Florestan Fernandes

RESUMO

A presente monografia abordou como tema “História do movimento sindical docente em Bacabal – MA”. Tendo como objetivo analisar o processo de movimento docente no município de Bacabal, em prol da luta por uma educação de qualidade, assim como destacar as resistências e enfrentamentos decorrentes desse processo. Com a finalidade ainda de realizar uma contextualização sobre a organização sindical dos professores e as conquistas do sindicalismo docente na cidade de Bacabal- realizou-se um percurso metodológico, por meio de pesquisa descritiva, quantitativa e bibliográfica, recorrendo a livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses e informações da internet, tendo como respaldo científico as ideias de autores e sociólogos como Frigotto (2010), Brussio (2015), Silva (2013), Abreu (2014), Furlan (2013), Ferreira (2013), Gohn (2011), Lourenço (2011), Dantas (2015), entre outros. Quanto a pesquisa quantitativa utilizou-se a aplicação de questionário estruturado, aplicado com 20 professores filiados ao Sindicato de Professores em Educação Pública do Maranhão-SINPROESEMMA. Ante o exposto, observou-se que a trajetória dos movimentos sindicais no Brasil é decorrente dos primeiros movimentos sociais e do associativismo, uma vez que não era permitida a sindicalização para profissionais do setor público até ao período da promulgação da constituição de 1988, trazendo assim, muitas transformações no contexto educacional bacabalense a partir de características sociopolíticas tanto na esfera estadual como na municipal que influenciaram tanto na estrutura do ensino como na busca pela valorização do docente, sobrevindas de constantes lutas e reivindicações dos movimentos sindicais, ao longo do tempo.

Palavras –chave: Educação. Movimentos sindicais. Professores. Sinproesemma.

ABSTRACT

This monograph covered as a theme "History of the teachers' union movement in Bacabal - MA". Aiming to analyze the process of teaching movement in the municipality of Bacabal, in favor of the struggle for a quality education, as well as to highlight the resistance and confrontation resulting from this process. With the purpose of realizing a contextualization about the union organization of teachers and the achievements of teachers' unionism in the city of Bacabal, a methodological course was carried out, through descriptive, quantitative and bibliographical research, using books, scientific articles, monographs, dissertations, theses and information from the internet, having as scientific support the ideas of authors and sociologists such as Frigotto (2010), Brussio (2015), Silva (2013), Abreu (2014), Furlan Ferreira (2013), Gohn (2011), Lourenço (2011), Dantas (2015), among others. As for the quantitative research was the application of a structured questionnaire, applied with 20 teachers affiliated to the Teachers Union in Public Education of Maranhão-SINPROESEMMA. In view of the above, it was observed that the trajectory of the trade union movements in Brazil is due to the first social movements and the associativism, since unionization for professionals of the public sector was not allowed until the period of the promulgation of the 1988 constitution, thus, many transformations in the Baccalaurean educational context from sociopolitical characteristics in both the state and municipal spheres that influenced both the structure of teaching and the search for teacher appreciation, overcoming constant struggles and demands of trade union movements over time.

Keywords: Education. Trade union movements. Teachers. Sinproesemma.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Metodologia	11
2 MOVIMENTO DOCENTE DE BACABAL: Aspectos Históricos	12
2.1 Criação do SINPROESEMMA	25
3 OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO SINDICAL.....	29
4 DISCUSSÕES E RESULTADOS	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	39
ANEXOS.....	42
ANEXO A: Questionário aplicado com os professores	43
ANEXO B- gráficos dos dados obtidos no Questionário com Professores.....	44
ANEXO 3: Ata da fundação do Sindicato dos Professores do Maranhão	47

1 INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira sempre foi alvo de constantes debates e questionamentos em prol de sua consolidação, visto que ela sofre influência devido aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais decorrentes das diversas transformações que se processaram no desenvolvimento da sociedade brasileira. Quando se analisa a trajetória histórica da educação na cidade de Bacabal - Maranhão, é compreensível uma interligação desses fatores sociais atuantes nos quais muitos têm origem de tendência elitista e de exclusão tão expressos na polarização social, os quais influenciam sobremaneira a configuração de nosso sistema educacional.

Nesse contexto, há forte atuação dos educadores em busca modificar esse caráter elitista e reduzir o quadro de exclusão no ensino, a partir de movimentos de representação, considerado importante elemento na luta por uma educação pública de qualidade para todos, uma vez que numa sociedade capitalista, a educação se constitui em objeto de disputa entre os diferentes interesses de classe, onde para manter sua hegemonia, a classe dominante, apropria-se de seu conteúdo e forma, de modo a não contemplar ou contemplar parcialmente, os interesses das classes subalternas.

Diante disso, a temática trata-se da História do movimento sindical em Bacabal, sob enfoque sociológico. Deste ponto de vista, tendo como objetivo analisar o processo de movimento docente no município de Bacabal, em prol da luta por uma educação qualitativa, assim como destacar as resistências e enfrentamentos decorrentes desse processo, tendo em vista os reflexos que influenciaram a educação e sociedade.

Em virtude destas concepções preliminares, surgiu-me um seguinte questionamento que norteou esta pesquisa: De que maneira os movimentos sindicais ao longo dos tempos influenciaram nas conquistas de direitos da classe docente na cidade de Bacabal?

Para a melhor compreensão sobre o assunto em questão foi realizado um embasamento teórico, destacando contribuições de autores e sociólogos como Frigotto (2010), Brussio (2015), Silva (2013), Abreu (2014), Furlan (2013), Ferreira (2013), Gohn (2011), Lourenço (2011), Dantas (2015), entre outros; além de discussões levantadas durante o processo investigativo no campo de pesquisa,

tendo como base o posicionamento referente abordando ainda a importância dos movimentos sociais e a formação do sindicato docente maranhense e sua atuação na cidade de Bacabal.

Assim, o presente estudo está estruturado em cinco capítulos, no qual o primeiro capítulo apresentou-se conjeturas sobre movimento docente, tendo como foco a cidade de Bacabal – MA, com vistas na reconstrução do percurso histórico de associações e sindicatos, apresentando os principais movimentos que motivaram a ação coletiva que assistissem a classe docente. No subcapítulo enfatizou um resgate histórico da criação do SINPROESEMMA, dando ênfase para as principais ações e conquistas ao longo das décadas.

No segundo capítulo, os desafios e as perspectivas do movimento sindical docente, apresentando as inúmeras lutas que foram palco de constantes ações por parte do SINPROESEMMA, na busca de assegurar os direitos da classe docente.

Logo em seguida, apresentou-se no terceiro capítulo a metodologia de estudo, abordando os dados levantados através de questionário realizado com os professores, enfocando seus conhecimentos sobre a relevância do estudo, bem como panorama social das reformas de ensino vigente e atuação do Sindicato.

No quarto capítulo apresentam-se os resultados e discussões da pesquisa realizada com 20 docentes no Núcleo do SINPROESEMMA na cidade de Bacabal – MA.

O quinto capítulo está reservado para as considerações finais, trata-se de uma das temáticas que apresentam certo grau de complexidade, contudo com os conhecimentos teóricos e empíricos suscitando no decorrer deste estudo foi possível ter uma visão mais clara sobre as transições dos movimentos propostos pelas associações até a forma de sindicalizar que nortearam a busca por melhoria e reconhecimento de uma classe.

Diante disso, a pesquisa procurou nortear novas realidades sobre a importância de uma organização sindical docente e suas dificuldades e superações para manter um equilíbrio tanto entre a classe quando ao governo em que estejam vivenciando.

1.1 Metodologia

Esta seção tem por objetivo especificar o percurso metodológico, o universo e contexto dos participantes, a organização dos dados, bem como os instrumentos e procedimentos adotados na pesquisa.

A pesquisa é primordial para o desenvolvimento de um estudo, como também para a vida humana. O exercício da investigação é essencial nos espaços escolares formais e deve estar presente no cotidiano da escola e na vida profissional do educador, por ser um dos pilares da docência. Mediante essa conjectura, Freire (1996) explana que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. (FREIRE 1996, p. 29)

A referente pesquisa trata-se de abordagem bibliográfica de natureza quantitativa, tendo como propósito apresentar através de dados estatísticos os resultados referente a temática dos movimentos sociais docentes em prol da educação pública com vistas a atuação do sindicato e reivindicações que marcaram as mudanças nos paradigmas educacionais ao longo das últimas décadas na cidade de Bacabal- MA.

O campo de pesquisa foi o sindicato dos docentes localizados na cidade de Bacabal – MA, no núcleo correspondente ao Sinproesemma, no qual atende os profissionais da educação do município e das cidades circunvizinhas, como Conceição do Lago Açu, Lago verde, São Luís Gonzaga. Está localizado na rua Teixeira de Freitas, 1455, Centro. Diante desse universo de pessoal, era preciso fazer uma análise para determinar a compreensão do objeto de estudo. Foram escolhidos 20 educadores associados do sindicato de professores.

Tomando por base a realidade do Sinproesemma de Bacabal, a pesquisa adotou como metodologia a abordagem qualitativa, além de recorrer à pesquisa bibliográfica/documental, respaldadas em pesquisas e estudos em livros, artigos científicos, monografias, dissertações, disponibilizadas pela internet. As fontes de levantamento de dados foram realizadas através questionário estruturado.

2 MOVIMENTO DOCENTE DE BACABAL: Aspectos Históricos

Compreende-se que as transformações ocorridas na transição do século XIX para o século XX, no que se refere campo de atuação educacional, decorrem de questões socioeconômicas e políticas que influenciaram na descaracterização de modelos tradicionais de ensinar. Nesse contexto, há necessidade de realizar uma análise histórica sobre as mudanças ocorridas que nortearam as transições sócio econômicas e políticas nas quais subsidiaram o processo educacional na cidade de Bacabal.¹

A partir da década de 1930, o cenário nacional vivenciava transformações profundas na economia, como o avanço do processo de industrialização, a queda de uma república oligárquica e a ascensão do governo populista de Getúlio Vargas. Iniciava então, a configuração do quadro da sociedade direcionada para um projeto de modernização do Estado brasileiro. (FURLAN, 2013).

Reportando para os aspectos socioeconômicos da cidade de Bacabal houve significativa na expansão da economia, sobressaindo como uma das maiores produtoras de algodão do estado do Maranhão. Como afirma Ferreira (2013, p.12) em seu estudo sobre “O Alto Mearim ao Médio Mearim (MA): de espaço de conquista a lócus de fixação de migrantes nordestinos”:

Na década de 1930 a produção de algodão da região continua crescendo. Em 1935 Pedreiras e Bacabal eram os maiores produtores do Estado, fornecendo, juntos, mais de 30% do produto beneficiado no Maranhão. Provavelmente, na década de 1930, a produção do Mearim derivava de roças de camponeses livres na frente de expansão, já incorporados a economia mercantil. (FERREIRA, 2013, p.12).

Decerto, a migração de nordestinos, que muito cooperou para a expansão agrícola, possibilitou que a cidade Bacabal se destacasse como um dos maiores produtores de arroz no Estado nas décadas de 30 e 40 do século XX.

Com isso, possibilitou a ocupação das terras na cidade Bacabal pelos migrantes nordestinos oriundos de estados como Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí para fugirem da seca, configurando como a busca constante pela sobrevivência. As cidades do Vale do Mearim como Bacabal e Pedreiras eram vistas

¹ Cidade Pertencente à região do Médio Mearim, na qual foi desmembrada da cidade de São Luis Gonzaga do Maranhão (Ipixuna) e Pedreiras, elevada a categoria de Vila em 17 de abril de 1920, pelo governador Urbano Santos e ascendendo a condição de cidade em 1938¹.

como de melhores perspectivas, pois as terras do vale do Mearim eram muito produtivas.

Economicamente, a cidade de Bacabal continuava se expandindo, e diante disso começou a atrair muitos nordestinos que buscavam melhores condições de vida. Eles chegavam e ocupavam as terras livres. Como ressaltam Almeida e Mourão (1976, p.11): [...] “a formação propriamente dita da frente agrícola, que, a partir da região de transição para o vale do Médio Mearim, vai ocupando terras livres com base na exploração familiar, transformando o arroz, seu produto comercial por excelência.”

Porém, apesar dessas transformações na economia, a educação não avançava. Como bem frisa Raposo (1985, p. 71):

A desassistência dos poderes públicos no Estado do Maranhão em relação à questão educacional da população maranhense foi algo de estarrecedor, mas, se colocada no quadro geral da conjuntura do Estado, naquele período, poderemos constatar que não se constituiu um fato surpreendente. (1985, p. 71).

Os governantes maranhenses não tinham tanta preocupação em proporcionar o acesso ao ensino a todos, sendo restrita apenas a classe mais privilegiada. Conforme Costa (2008, p. 34) “o ensino, quando oferecido para a população tinha um caráter prático, fornecendo somente os conhecimentos que se harmonizasse com os interesses da classe dominante”. Mediante isso, havia alta taxa de analfabetismo, inexistência de escola e sobretudo, a ineficiência na formação de profissionais que pudessem fortalecer o ensino na cidade.

Ao fazer uma analogia com a Educação em nível nacional nesta mesma época, o país vivenciava a ascensão dos Escolanovistas² paulistas que buscavam a democratização do ensino, acreditando transformar a sociedade por meio dos ideais da educação, contrastando com a educação dualista³.

² [...] a Escola Nova, particularmente no Brasil, assumiu um significado muito distante do que adquiriu em todos os demais países em que emergiu. Aglutinou não apenas uma bandeira educacional, mas um investimento político: a renovação do sistema público. (VIDAL, 2013, p. 582).

³ Conforme Saviani (2007) O dualismo na educação no Brasil perpassou as reformas educacionais ao longo da história, configurando o sistema educacional em duas redes. A primeira, de caráter propedêutica, “destinada às elites condutoras”, que garantia o acesso ao ensino superior; a segunda, “destinada ao povo conduzido”, voltada para o ensino elementar e aprendizagem de ofícios manuais.

No ano de 1924 a 1935, surgiram muitas modificações no contexto de ensino em panorama nacional, dando ênfase na criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) EM 1924, era composta por professores e outros profissionais que tinham interesse em abordar temáticas educacionais.

O período que corresponde a 1924-1935 a ABE teve sua configuração social no foco de debates sobre as reformas educacionais que modificavam a atuação docente no campo educativo, tanto no domínio federal quanto no estadual e municipal, sobressaindo-se sobre aquelas, a reforma João Luís Alves/Rocha Vaz, do ensino secundário e superior, de 1925; a criação do Ministério da Educação, em 1930; o Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931; a Lei Orgânica do Ensino Secundário, em 1931, e a autorização para o ensino religioso nas escolas públicas, também em 1931. (GINDIN, 2009).

Nesse período se materializaram as reformas dos ensinos primário e secundário e dos ensinos normal e técnico-profissional no Distrito Federal (1928 e 1932) e em Minas Gerais (1927). O ápice da atuação da ABE neste período foi a partir da elaboração do Manifesto dos pioneiros da educação nova, logo após a conferência de 1932, defendendo a democratização da educação escolar e a modernização dos métodos pedagógicos.

Através da atuação da Associação Brasileira de Educação, a defesa da democratização da educação e melhoria nas técnicas pedagógicas surtiu efeito a partir do manifesto dos pioneiros da Educação Nova. Os ideais da ABE partiam do escalonovismo como obrigação da educação, pública, gratuita, leiga e educação como dever do Estado e eliminação do dualismo escolar.

No entanto, a educação bacabalense ainda estava aquém desta realidade e proporcionar caminhos para propagação educacional pública ainda tinha que progredir de forma considerável, precisamente na década de 1930 a 1940, o ensino era ainda ministrado nas residências de professores, pois a maioria das pessoas era leiga. Essas escolas particulares eram constituídas por turmas seriadas de 1ª a 4ª séries do antigo primário. Nesse período, as escolas tinham suas estruturas físicas precárias. Dentre os professores reconhecidos da época, temos: José Bonifácio, Safira, Belinha Caldas de Araújo, Gertrudes Marques, Camélia Viveiros, Alice Mendes, Elisa Monteiro, Nadir Abreu. (OLIVEIRA, 2018).

Na década de 1950, uma das primeiras escolas a funcionar em Bacabal foi a escola da rede privada “Nossa Senhora da Conceição”. A partir do ano de

1959, foi fundado o Ginásio Nossa Senhora dos Anjos tendo como objetivo o contingente de crianças e jovens em idade escolar que residiam no município e em seu entorno, tendo em vista a carência de escolas na região. Como afirma o autor Loher em seu estudo “Franciscanos no Maranhão e Piauí de 1952 a 2007:”

Nessa região só existia 1 ginásio, o nosso Ginásio de Nossa Senhora dos Anjos. No Interior, com exceção das sedes municipais, com uma população de 65.000 habitantes: só em 11 povoados havia ensino, por parte só cartilha; local do ensino: em 2 povoados, prédio escolar; em 2 povoados, aulas na capela de taipa; em 7 povoados, aulas em casas particulares; ao todo 13 professoras leigas. (LÖHER, 2009, p. 332).

É válido ressaltar a carência de educação pública e profissionais qualificados para atender toda a demanda. Porém na década de 1960, surgem as primeiras escolas públicas como a escola “17 de Abril” fundada em 1966, e o Ginásio Municipal de Bacabal (atual Colégio Militar), surgindo posteriormente outras escolas como: U.E. Estado do Ceará, U. E. Cleômenes Falcão, U.E. Juarez Almeida, Ginásio Bandeirante (atual U.E. Manoel Campos Sousa), U.E. José Ribamar Marão Filho e U.E. Roseana Sarney.⁴

Nessa mesma época, o Brasil vivenciava o auge da Ditadura Militar (1964-1985), e a educação era destinada para a formação de caráter tecnicista⁵ estabelecida pela Lei de Diretrizes e Base 5692/71⁶, e limitada aos interesses do regime vigente. A educação estava direcionada para os trabalhadores com intuito de desenvolver a formação de mão-de-obra para ocupação de postos de trabalho.

A educação no Brasil, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, de prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções de valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais, foi reduzida, pelo economicismo, a mero fator de produção – “capital humano”. Asceticamente abstraída das relações de poder, passa a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa concepção de educação como “fator econômico” vai constituir-se numa espécie de fetiche, um poder em si que, uma vez adquirido independentemente das relações de força e de classe, é capaz de operar o “milagre” da equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos, classes e nações (FRIGOTTO, 2010, p. 20).

⁴ OLIVEIRA, Raimundo Sergio de. Bacabal de Sempre. Bacabal, MA: 19/02/2003. Disponível em 12/09/2018://www.conasa.org.br

⁵ Pedagogia preocupada com a eficiência instrumental, articulando-se ao que Saviani define como pedagogia tecnicista. O objetivo desta educação, baseada no modelo fabril era que o trabalho educacional fosse objetivo e operacional. (PEIXOTO; NUNES, 2015, p.6).

⁶ Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

Nesse sentido, segundo entendimento do autor, compreende-se que o ensino naquela época estava voltado para determinações controladoras pelo regime, nas quais as escolas públicas deveriam ser consideradas instituições de transmissão e reprodução da ideologia para preparar profissionais de acordo com os parâmetros de uma educação tecnicista, com olhar mais superficial em relação a fatores sociais, restringindo apenas a classe mais privilegiada, a educação com discurso mais politizado.

A classe trabalhadora foi vista como a que poderia realizar efêmeros e deficientes cursos técnicos que suprissem a demanda industrial que se avolumava. Portanto, era condição necessária ao atendimento do mercado a formação de um exército de reserva com um mínimo de formação profissional. (FURLAN, 2013, p.2)

Nessa conjuntura, conforme a linha pensamento desse autor, o país vivenciando uma educação pública em que estava neutralizada a cientificidade e o olhar mais restrito da realidade social, aumentando a improdutividade no quadro educacional, há uma ação reacionária por parte dos movimentos docentes em busca por melhores condições para o ensino, formação de educadores, aplicabilidade de propostas que visassem uma organização mais objetiva do currículo escolar.

No Maranhão, esses movimentos docentes também faziam parte de manifestações que se expandiram em todo o país, torna-se uma oposição as ações estatais e em consequência disso, delineando-se como importante instrumento de luta para o processo de redemocratização, que contraditórios ao regime vigente, a maioria das classes de trabalhadores deflagraram greves a nível nacional. (BRUSSIO, 2015).

Esses movimentos dos trabalhadores da educação deram início a um processo que resgatasse o valor do trabalho docente, propondo ideais de uma sociedade mais justa, além da igualdade, mais equidade. As associações dos trabalhadores da educação, entusiasmadas pelos sindicatos dos trabalhadores do setor produtivo, buscavam cogitar uma organização sindical contrapusesse as decisões do estado.

O movimento social de professores experimentou um vigoroso processo de fortalecimento nos anos 80, tendo se configurado desde o final da década anterior como um ator social de crucial importância nos processos de reorganização da sociedade civil e transição democrática. (LEITE, 1997, p. 16).

A concepção de movimento social reflete em sua essência alusões de grupos organizados que procuram obter transformações, por meio de ações que manifestem suas opiniões como podem ser citadas as mobilizações, marchas, greves continuamente se dirigindo para conquistar seus objetivos dentro de uma sociedade.

Nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. (GOHN, 2004, p. 13).

Para a autora os movimentos sociais são considerados como ações coletivas que viabilizam diversas formas de expressividade da população, na qual por meio de mobilizações possibilita pensamentos e debates sobre a realidade em que ela está inserida.

Na cidade de Bacabal apareceram alguns movimentos sociais como agremiações de estudantes, União de Juventude Socialista, buscando além da reorganização do movimento estudantil, melhoria nos sistemas de ensino, para oportunizar educação com menos desigualdades sociais marcados pelos efeitos de uma educação dualista.

No estado do Maranhão, os movimentos docentes deram um passo significativo para formação do associativismo docente, no dia 29 de junho de 1976, os educadores maranhenses impulsionados por outras associações estaduais⁷, em uma sala do centro cívico do Liceu Maranhense, fundaram a Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA). Na qual em sua Ata de Fundação, tinha como alguns de seus objetivos:

⁷ Quando participaram do Congresso da Confederação de Professores do Brasil (CPB) que ocorreu em Curitiba entre 31/1 a 7/2 de 1976.

Promover a integração dos professores que lecionam, nas escolas oficiais localizadas no Estado do Maranhão, defender dentro dos princípios legais, diante dos poderes públicos autoridades administrativos e jurídicas os interesses da classe e dos associados relacionados com sua vida funcionadas com sua vida funcional, proporcionar meios e condições de atualizações de atualização, aperfeiçoamento profissional. (APEMA-ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO MARANHÃO 29/06/1976, ANEXO A, p. XXXV)

Faz-se necessário dizer que essa associação nasce no período em quem governava o Brasil era o presidente Ernesto Geisel (1974-1979), o qual desenvolveu uma gestão de transição lenta e gradual, porém ainda um período muito invasivo para a constituição de sindicatos que comprometessem o poder constituído.

A primeira instituição a organizar os professores foi a Associação de Professores da Rede Pública Municipal de São Luís (APEMA), com abrangência apenas na cidade de São Luís. Foi fundada em 15 de agosto de 1976 sob o signo de associação beneficente e recreativa do que propriamente política ou sindical. Mas era a única forma possível na época para organizar os trabalhadores da educação pública dentro de um cenário tenebroso e arbitrário de instabilidade econômico viabilizado pelo regime autoritário do momento. Nesse aspecto a Associação que nasce sob o signo recreativo e beneficente, não podia, por exemplo, organizar os professores com o intuito de decretar greve ou pressionar o governo por benefícios. Assim, a associação além do caráter beneficente também tinha caráter formador, pois em parceria com a Prefeitura de São Luís/MA, fazia as capacitações, formação dos professores e especialistas.(BRUSSIO ,2015, P.28)

A APEMA começa, a mobilizar ações em prol dos direitos da classe de educadores para garantir a confiança da categoria, e ser resguardada enquanto entidade que defende a classe dos profissionais do magistério, em um período marcado ainda pelas restrições da ditadura, particularmente do setor público.

A APEMA existiu dentro das limitações de ser uma associação, desempenhou um papel que, equivalente à ação sindical que corroborava com a análise de Boschi acerca das associações docentes que se constituíram durante o regime militar, cuja legislação implementada proibia que servidores públicos se organizassem sindicalmente. (SILVA, 2013, p.170)

Esta associação tinha vínculo com a Secretaria de Educação do Estado e desenvolvia atividades tipicamente assistencialistas, voltadas à assistência, serviços médicos e de acolhimento aos professores procedentes do interior do Estado, ausentando-se de questões relacionadas remuneração, carreira e das condições de trabalho do professor.

As associações docentes então existentes, nem sempre foram instrumentos de lutas por salário e condições de trabalho. Muitos dos antigos dirigentes acomodados às práticas sindicais conservadoras e restritas subordinadas às secretarias de educação não foram sensíveis às novas demandas colocadas pela nova realidade educacional (CNTE, 1991, p.17.)

Pode-se afirmar que em termo de serviço público no Maranhão, a APEMA é a primeira instituição a constituir para garantir a assistência aos professores tanto da capital maranhense, São Luis, como das cidades do interior. Entretanto, devido à precariedade das condições de trabalho, má remuneração e o arrocho salarial, buscaram mobilizar para melhorias da categoria. É interessante assinalar a relevância dos movimentos sociais no país, uma vez que a participação das pessoas influenciaram a opinião pública de uma sociedade, sobretudo no que se refere a formação do docente, pois busca propor ideias que venham motivar a melhoria na qualidade do ensino, diálogo estratégico e desenvolver propostas educacionais.

A categoria esteve presente em várias manifestações e greves, sobretudo os que se vinculam às redes públicas. No estado de São Paulo, há duas grandes greves ainda nos anos 1970, em 1978 e 1979, que inauguram a participação dos docentes neste novo momento de lutas dos trabalhadores. A greve de 1978 foi realizada em torno de duas motivações principais: o aumento salarial e a luta por um novo Estatuto do Magistério que incorporasse as reivindicações dos professores. (LOURENÇO, 2011, p.1)

Pode-se dizer que essas greves da classe operária motivaram também professores na maioria dos estados da Federação, que refletiam em todas as cidades, os quais exigiam o reajuste salarial e a implantação de um novo Estatuto do Magistério. Ainda para enfatizar a luta do professor, Ferreira Jr. (2003), ao estudar sobre a ditadura militar e a proletarização dos professores, assevera que esse foi um problema que atingiu toda a estrutura educacional do país:

O arrocho salarial a que foram submetidos os professores durante o regime militar, aliado à expansão quantitativa das antigas escolas públicas de 1º e 2º graus, levou a categoria a transformar as suas associações profissionais, até então de marcante caráter recreativo, em verdadeiros sindicatos que passaram a formular e organizar a luta por melhores condições de vida e de trabalho. A maior expressão desse fenômeno foram as greves de milhares e milhares de professores, a partir do fim da década de 1970, em quase todos os estados da Federação. Esse tipo de movimento, pelo seu ineditismo à época, chamou a atenção da sociedade, que, a despeito de guardar da profissão uma imagem associada à abnegação e ao sacerdócio, apoiou as suas mobilizações. (FERREIRA Jr, BITTAR, 2003, p 1175).

Esses movimentos sociais no País tiveram um desempenho importante na configuração política e social, no que se refere ao período de transição da Ditadura para Redemocratização.

No final dos anos 1970, quando o milagre econômico entrou em crise e ocorreram mudanças no contexto internacional: os juros internacionais dispararam após a crise do petróleo e a crise do padrão de acumulação, fatores que geraram uma exorbitante dívida externa. O movimento dos trabalhadores começou a se modificar, havendo o reaparecimento das lutas operárias e sindicais, após um extenso período de desarticulação. Esse fim de década assistiu a um levante grevista, que marcou a história da luta operária brasileira. Foi um movimento marcado ainda pela repressão, com demissões políticas, prisões, mortes de operários em piquetes e manifestações (tanto em São Paulo, como em Minas Gerais). (BRUSSIO, 2015, p.68)

Ao longo dos anos, com o esgotamento repressivo e econômico vivenciado na transição democrática a partir da década de 1980, o movimento docente se inspirou nas greves da classe operária (Principalmente dos metalúrgicos do ABC) e pretendia criar sindicatos legalmente reconhecidos. Uma vez que nesse período, os professores da rede pública além de ser nomeados de forma interina, ficando sob a forte influência estatal, não tinham autonomia para se organizar através de sindicatos e resguardar as garantias dos seus direitos como direito a greve, negociações, melhores condições de trabalho, reajuste salarial entre outros.

Entre 1973 a 1980, os professores maranhenses eram nomeados interinamente conforme possibilitava a Lei 3.578 de 14/11/1974. Ao mesmo tempo em que se conferia um grande poder de influência do governo local sobre o professorado, havia uma contradição que incomodava o magistério público estadual. Esta legislação trazia insegurança à categoria e produzia uma estagnação na carreira, isto é, não contemplava as aspirações dos professores. (SILVA, 2013, p.165).

Logo, as entidades representativas foram as principais ferramentas de mobilização para reorganizar a sociedade civil maranhense e lutar contra as injustiças sociais vivenciadas no período ditatorial, pois o país estava passando por crises de inflação e aumento da dívida externa, desemprego, salários congelados e a educação estava estagnada.

O cenário exigia uma abertura democrática e uma nova forma de perceber a educação, justamente porque nesse período o Brasil se encontrava em meio à ditadura militar, em que o professor era visto como transmissor de conteúdos apenas, portanto, o mero técnico. Assim, o cenário educacional vai ganhando novas faces em virtude de um novo modelo de escola,

consequentemente, de sujeito e de sociedade, pois o neoliberalismo emergente reclamava um novo perfil de sujeito para atender à demanda da sociedade capitalista produtivista. Nesse entendimento, os novos rumos interferem diretamente nos rumos da escola e, por conseguinte, exigem a preparação de professores qualificados para formar sujeitos que, de fato, atendam às exigências de mercado. Nesse prisma, a década de 1980 aponta para o início de uma nova era, porém, emblemática e frágil para o Brasil, considerando o fim do regime militar. A nova realidade política também clama para uma educação que visa ao ser humano crítico e social, no sentido de superar as desigualdades sociais advindas do período anterior. (SANTOS, p.25 2016).

Nessa perspectiva, as entidades dos movimentos sociais tinham como intuito organizar suas ideias, sua interação na sociedade, sua força motivacional para propostas de acordo com as pautas de lutas para melhoria da sociedade.

Em seu estudo sobre “A luta em defesa da educação pública protagonizada pelos professores da educação básica no maranhão na década de 1980 e 1990: primeiras aproximações”, Abreu (2014) afirma que:

A nova conjuntura se abriu no final da década de 70 com a retomada das lutas sindicais marcada pela campanha de reposição das perdas salariais iniciada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1977, pela greve na Saab-Scania em 1978 e pela eclosão de uma série de lutas sindicais e populares contra o regime, oferecendo um momento fértil para o crescimento, a generalização e rearticulação das lutas dos professores. Pode-se considerar como desencadeador do movimento docente a influência das lutas operárias e populares que eclodiram na década de 70, bem como o aumento do contingente de professores gerado pela expansão do sistema de ensino básico. Por sua vez, a expansão do sistema foi impulsionada pelas transformações que ocorreram na sociedade brasileira das quais a mais visível foi o acelerado processo de urbanização (ABREU, 2014, p. 2773)

Tais mobilizações tiveram como demonstração a luta pela democracia participativa da categoria dos professores. Importaram, naquela situação, uma ferramenta para aquisição das liberdades de expressão, porque permitiam o questionamento quanto ao Estado ditatorial e almejava a transição democrática.

Ressalta-se ainda, que as divergências advindas de reivindicações dos professores estiveram sempre em torno de lutas e disputas de interesses para a melhoria na oferta do ensino público e sua efetividade para qualidade da educação, além de melhores salários.

Esses movimentos tiveram sua propagação na década de 1970, buscavam dentre muitas reivindicações, rebater a crise econômica e política como a hiperinflação e rebaixamento de salários e, sobretudo a valorização da categoria de

profissionais. Entretanto, as transformações que induziram o professorado a um grau de organização com viés político têm correlação com a ampliação do movimento sindical no Brasil. É nessa representação que se emerge o desenvolvimento do funcionalismo e serviços públicos, especialmente da educação.

Em 1978, as greves ressurgiram de maneira muito intensa. Na década de 1980 foi criado, a partir das lutas e reivindicações, as comissões operárias de base, o chamado novo sindicalismo, contrapondo a exploração e a opressão, independente de governos e do patronato. Nascendo, conseqüentemente, contra os pelegos sindicais que até então agiam por meio de subordinação de interesses dos trabalhadores às necessidades do governo capitalista.(Silva, 2015).

Um desses grandes movimentos sindicais ficou conhecido como a Greve do ABC⁸. Refletia o descontentamento de trabalhadores com as dificuldades socioeconômicas do país, causadas pela hiperinflação e congelamento de salários, sendo estas razões para o estopim que influenciou outras classes de trabalhadores militantes ou não, em prol de mobilizações sociais para ir em busca de melhores condições de trabalho, reajuste salarial e além da luta pela redemocratização do país, dando ênfase para o novo sindicalismo⁹

Os movimentos sociais acompanharam os passos democráticos de inúmeras nações, inclusive do Brasil, nas últimas décadas. Estiveram presentes constantemente em acontecimentos históricos relevantes, principalmente no que se refere a conquistas sociais. As vitórias democráticas tiveram participação decisiva destes atores. (SARTORI, 2006, p. 74)

Desde a transição da década de 1970 a 1980, em alguns estados brasileiros foram revelados os movimentos reivindicatórios liderados por docentes que se dispuseram contra o aparelhamento estatal e a favor de uma reforma na educação que tendesse tanto à melhoria de condições de trabalho dos professores, aos melhores salários, como à ampliação da rede pública e melhoria na qualidade do ensino.

⁸ As greves de 1978 se iniciaram com a paralisação na Scania de São Bernardo do Campo. Começou um ciclo de greves que tomou conta de todo o ABC paulista quase simultaneamente. Com o passar dos meses essa onda grevista se espalhou pelo país atingindo outras categorias de trabalhadores. (SANTANA, 2008, p.25).

⁹ O novo sindicalismo foi um movimento que começou com operariado da região do ABC paulista, a partir dos anos de 1978, como resposta ao “velho” sindicalismo anterior ao golpe militar de 1964. As associações do setor público que encamparam este movimento sofreram uma transição para um caráter sindical e oposição política ao Estado militar instituído.

Vale ressaltar de 1974 a 1984, o Brasil ainda vivia sob a égide da Ditadura Militar, muitos profissionais, temiam participar de movimentos, mesmo após a revogação do AI-5, pois as sequelas da opressão e violência eram marcantes e geravam medo e aflição na população. Vale lembrar que o anseio dos professores em se organizarem em um movimento sindical se concretizou em forma de Associação (APEMA), com finalidade recreativa para atender os ditames do regime militar na época. Não se podia nem sonhar com um sindicato. A palavra “sindicato” carregava um cunho reacionário e era facilmente associada à baderneiro, arruaceiro, pessoa que gosta de confusão, etc., portanto, esta imagem afasta dos profissionais das associações e sindicatos. (BRUSSIO, 2015, p.112):

No entanto, a maioria dos professores temia participar de movimentos sociais por causa de represálias do governo, porque ainda viviam sob a transição da década de 1970, ainda sob um regime militar.

Neste período na cidade de Bacabal, os movimentos sociais ainda estavam restritos as ações de agremiações e alguns partidários que reivindicavam melhores condições de ensino, mas era preciso ainda muito mais atuação da participação coletiva, principalmente havia necessidade de movimento sindical fortalecido.

Limitando-se aos movimentos docentes propostos pela APEMA, os professores ao associarem tinham como finalidade um aparato da associação em prol acordos para valorização da carreira docente, apesar das dificuldades e entraves de viés estatal, a associação trazia como pauta reivindicações que almejassem melhoria para classe de docentes no estado do Maranhão.

Os professores estavam fragilizados pela forma de contratação e instabilidade e sofriam devido à interinidade das suas funções no serviço público, o que reduzia muito o ímpeto combativo de qualquer ação de maior contundência. As negociações com o governo nunca cessaram desde a fundação da entidade. As diversas tentativas que construíssem um acordo sobre a carreira dos professores sempre estiveram na pauta da associação. Nos anos de 1980, a APEMA começou a desenvolver uma postura crítica à Lei. 4.270/80, que regulava a carreira do magistério público estadual. Os limites dessa lei eram o alvo de reivindicação da categoria, mas já possuíam avanços em relação à situação anterior a qual era impingida ao professorado e o fragilizava funcionalmente. (SILVA, 2013, p.198)

As entidades representativas foram as principais ferramentas de mobilização contra as injustiças sociais vivenciadas no período da Ditadura, além de introduzir um novo modelo de governo, pois o país estava passando por crises de inflação e aumento da dívida externa, desemprego, salários congelados e a única forma de reação seria através das associações, já que os sindicatos que existiam antes da ditadura tinham sofrido intervenções e outros não poderiam ser criados.

Com a associação, os educadores tinham poderes limitados, mais era o único instrumento de luta permitido pela legislação, isso perdurou até 1988.

Reiterando a “miséria reinante no setor educacional; dos salários achatados, aos que durante todo este ano, não ganharam ainda os seus ordenados, como a maioria dos professores dos Ginásios Bandeirantes, dos admitidos neste ano; além dos que lecionam em salas sujas, sem luz, sem água e sem ventilação, com crianças sentadas no chão por falta de carteiras em inúmeros colégios” Essa situação perdurou, pois em 21 de junho de 1984 identificamos uma paralização de 800 professores do segundo grau, em virtude de estarem sem receber seus vencimentos há 4 meses. Em 1985, uma greve foi deflagrada com adesão de toda rede pública estadual. (BAUER, DANTAS, 2015, p.11)

Em 1985, a APEMA realizou uma grande mobilização de professores por aumento salarial e pela aposentadoria especial aos 25 anos, na assembleia legislativa maranhense, houve a participação de inúmeros educadores oriundos da maioria das cidades maranhenses como Bacabal, Imperatriz, São Luis Gonzaga entre outras.



Figura 1: Ato com 10 mil professores durante a Greve de 1985-
Fonte: O IMPARCIAL, 07/11/1985, p.1.

As ações que foram realizadas pela APEMA, a partir dos protestos de 1985/1986, enfatizaram que as lutas por melhores salários não descontinuaram, além da valorização do Estatuto do Magistério e a busca pela redemocratização da sociedade brasileira.

Na matéria, o jornal faz, ainda, alusão ao XVIII Congresso Nacional de Professores e a institucionalização do dia 11 de abril, como o dia nacional de luta por mais verbas para a educação, a efetivação do piso salarial de três salários mínimos, o reajuste trimestral dos vencimentos; sendo também apontada a defesa do Estatuto Nacional do Magistério, as eleições diretas para diretores e delegados de ensino e a imperiosa necessidade de se convocar uma constituinte livre, democrática e soberana que pudesse pavimentar, com legitimidade política e social, o caminho da redemocratização brasileira. (DANTAS, BAUER, 2016, p.29).

Nesta perspectiva, esses movimentos docentes começaram a dar as procedências para a criação do sindicalismo docente no Estado do Maranhão, nos quais influenciaram para as constantes transformações do Sistema Público de Ensino no país.

Com a redemocratização do país, a partir do ano de 1985, o país passou por profundas mudanças socioeconômicas e políticas, e após três anos, entrou em vigor a nova Constituição brasileira de 1988. Com a referida legislação, no que tange a temática da Educação houve alguns rompimentos de barreiras impetradas pela Ditadura militar. Resgatava os direitos mais objetivos dos trabalhadores, dando liberdade para associação profissional ou sindical.

2.1 Criação do SINPROEEMMA

Em 1988, entrou em vigor a nova Constituição brasileira, e no que tange a temática sobre associação e sindicatos, houve o rompimento de algumas barreiras impetradas pela ditadura militar. Resgatava os direitos mais objetivos dos trabalhadores, dando liberdade para associação profissional ou sindical.

Conforme expresso no art. 8º da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical; II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município; III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas; IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei; (BRASIL, 1988,

Diante disso, a liberdade sindical proporciona a autonomia dos sindicatos para representar uma determinada categoria, exercendo um papel de proteção dos direitos e interesses coletivos ou individuais em assuntos de demanda administrativas ou judiciais, assegurando a efetividade dos direitos trabalhistas.

Nesse panorama institucional, com a promulgação da Constituição de 1988, que convalidou a representação sindical docente se estabeleceram os interesses da categoria profissional (GINDIN, 2009).

Reportando para o estado do Maranhão, no que se refere ao sindicato de professores, em 1989, a transição da APEMA para a figura do Sindicato dos Professores do Estado do Maranhão- SINPROESEMMA.

A organização sindical docente maranhense é resultante de um processo de conscientização associativa do professorado cuja demonstração concretiza-se por meio da composição de entidades que os represente em relação aos empregadores estatais e privados do ramo da educação.

A associação tornava-se sindicato em 30 de janeiro de 1989 ainda na gestão Lucimar Góes e passava a se denominar Sindicato dos Professores Públicos, Especializados em Educação Pública e Serviços da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º grau do Estado do Maranhão – Sinproesemma. A mudança de associação para sindicato teve também desdobramentos internos sobre o comando da direção. A nova condição jurídica permitiu que Lucimar Góes tivesse, a partir daquele momento, condições de eleger-se presidente do Sinproesemma e ficar à frente da entidade por 23 anos seguidos. (SILVA, 2013, P.170)

Nesse sentido, o percurso de organização sindical docente no Maranhão acompanhou a trajetória associativa em sua constituição por duas causas. A primeira se referia ao fato da associação ser uma das formas das quais os professores se aglutinavam em busca de melhorias na área educacional, e de atender suas necessidades. A segunda causa se destaca a força da legislação que destacava a associação para o Magistério público, sendo alterado somente a partir da constituição de 1988. (MIRANDA, 2011).

Em virtude dos fatos mencionados, a atuação do sindicalismo de trabalhadores em educação desenvolvida nas últimas décadas se configurou como um fenômeno social que buscou mudanças significativas dos direitos dos docentes. Com a ampliação do funcionalismo público foi patrocinada pela intervenção do estado, que impôs o aumento do serviço público gratuito e também dos impostos. Outrora, com aumento de impostos houve maior insatisfação por parte dos

contribuintes, que não tinham condições para superar as dificuldades financeiras, ocasionando queda abrupta salarial e conseqüentemente mais greves e movimentos sindicais.

Na década de 1990, existiu maior atuação das frentes sindicais brasileiras em relação à educação, visto que uma das maiores motivações da participação do sindicalismo docente se trata da formulação do Plano Nacional de Educação profissiona-¹⁰ desenvolvido pelo Ministério do Trabalho de 1995, que teve grande influência para a promoção da formação profissional por parte das frentes sindicais. Com o passar dos anos, as principais atuações dos sindicatos nortearam o reajuste salarial e plano de carreira para os professores.

Em 1997, surgiu o MOSEP ¹¹- Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão. Esse movimento surge como oposição as políticas educacionais e sociais propostas pelo SIMPROESEMMA, nas quais o sindicato não tinha interesses em atender a classe de professores, e sim estava atrelado as exigências da oligarquia Sarney.

Segundo informações colhidas preliminarmente do SINPROESEMMA durante quase uma década, o sindicato ficou paralisado em sua combatividade, sem uma política sindical avançada, unitária, democrática e de luta no âmbito da categoria e teve sua representatividade até questionada enquanto politicamente dentro da categoria de trabalhadores docentes. Sua prática era de conciliação com os governos contribuíram para construção dessa percepção. (SILVA,2013,p.6).

Na visão do movimento, o sindicato não atendeu as perspectivas dos profissionais da educação por ser de caráter conservador, uma vez que os docentes eram considerados meros transmissores de conteúdos com vistas a atender as exigências. Na percepção crítica de Marx e Engels (1980, p.13):

o objetivo dos sindicatos, às vezes, está limitado às necessidades das lutas diárias, as defesas contra a usurpação incessante do capital, em suma, aos problemas de salários e horas de trabalho. Essa atividade não só é legítima como necessária. Não se pode renunciar a ela enquanto dure o sistema atual: mais do que isso, os sindicatos devem generalizar sua ação unindo e em todos os países. (MARX E ENGELS, 1980, p. 13).

¹⁰ (PLANFOR), o Plano Nacional de Qualificação – 2003/2007- (PNQ), que financia ações através dos Conselhos Estaduais e Municipais do Trabalho, com os recursos cada vez mais exíguos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

¹¹ O MOSEP – Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública, nasce em 1997, um ano após a criação da LDB. Este movimento teve como principal objetivo a defesa do novo sindicalismo que foi implantado nos anos 80. (SOUZA, 2016).

Nessa visão, mesmo com os constantes desafios e lacunas que limitam a atuação dos sindicatos, a perspectiva é que a sua ação esteja em consonância com os interesses da categoria. Desse modo, os sindicatos atuavam como agente de mediação e de transformação, por conta disso, cabe ao sindicato desenvolver reuniões, criando um espaço de diálogo, priorizando a formação em serviço, articulando as necessidades da categoria, melhoria no seu plano de trabalho, provocando assim, os professores para a percepção mais crítica da realidade. Como sindicato apresenta algumas finalidades:

Art. 3º - O Sindicato tem por finalidades gerais: a) Integrar os trabalhadores em Educação da base, na luta em prol dos seus interesses sociais, econômicos, sindicais e de classe; b) Desenvolver atividades na busca de soluções para os problemas de categoria, com o fito de melhorar suas condições de vida e trabalho, agindo sempre no interesse mais geral do povo brasileiro; c) Promover ampla e ativa solidariedade com as demais categorias de trabalhadores assalariados do campo e da cidade, no sentido de elevar a unidade dos trabalhadores, tanto a nível nacional como internacional; d) Prestar apoio aos povos do mundo pelo fim da exploração do homem pelo homem; e) Lutar pela conquista de um país soberano, democrático e progressista e contra todo tipo de ingerência de qualquer outro país em assuntos nacionais; f) Apoiar todas as iniciativas populares e progressistas que visem conquistar melhores condições de vida para o povo brasileiro ((SINPROESEMMA, 2015)¹²

Pensar sobre o trabalho coletivo, mediante a atuação dos movimentos sociais, impõe aos sindicatos uma maior mobilização em busca de atender os interesses da categoria profissional, tanto do professor como dos demais atores que compõem a educação, com a finalidade para promover uma escola autônoma e democrática.

¹² Alteração estatuto do sindicato dos trabalhadores em educação básica das redes públicas estadual e municipais do estado do maranhão –SINPROESEMMA

3 OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO SINDICAL

Os movimentos sindicais foram resultantes de marco de lutas e reivindicações por garantias de direitos tendo em suas raízes as perspectivas dos movimentos sociais. Mediante isso, a organização docente surge no contexto histórico da educação sob três enfoques: associações docentes na qual apresenta o caráter beneficente; as associações profissionais e enfim, a constituição dos sindicatos com sentido direcionado às reivindicações salariais (FERREIRA, 2007).

Cada vez mais os movimentos docentes buscaram propor mudanças educativas na busca de amenizar as injustiças sociais no ensino, priorizando ensino acessível a todos. O movimento docente no País teve um desempenho importante na configuração política e social no que se refere ao período de redemocratização do país.

No entanto, é preciso compreender que o sindicalismo docente sempre teve muitos desafios quanto a sua relação com o Estado. No contexto histórico dos movimentos docentes no Brasil, as suas principais características demonstram a intenção de resistir ao sistema opressor e buscar melhorias para a sociedade, como assim retrata Maria Gloria Gohn (2011):

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazer propositivos”. (p.336)

O sindicalismo docente brasileiro tem suas raízes embasadas nesses movimentos sociais e nas constantes transformações do sistema socioeconômico e político do país, uma vez que as reivindicações dos docentes sempre entraram em conflitos com os interesses em enfrentar os paradigmas sociais de um sistema opressor, buscando melhores alternativas para a consolidação de um ensino e qualidade e principalmente uma valorização do profissional da educação.

Em contrapartida, o que preconiza ainda CF/1998 há uma unicidade sindical¹³ visto que é vetada mais de uma organização sindical por território, isto é, limita-se de certa forma a categoria de profissionais a uma liberdade de associar a sindicatos de acordo com seus anseios. (LEMOS, 2011)

Com a constituição de 1988 que restituiu o direito democrático de forma geral e voltou a permitir a sindicalização dos servidores públicos, a APEMA que teve uma longa história de luta em defesa da classe, se transformou em sindicato. Porém, durante quase uma década ficou paralisada em sua combatividade, sua política sindical ainda era restrita aos interesses do aparelhamento estatal, sem característica unitária, democrática e voltada e ainda restrita aos interesses da categoria. Sua atuação estava direcionada para conciliação com os governos. Em 1988, a situação tem uma nova postura, porque ingressa a Corrente Sindical Classista (CSC)¹⁴ na diretoria do Sindicato até então sobrepujada por uma linha de professores ligados ao governo do estado. (SILVA, 2013).

É indiscutível dizer que as transformações políticas ao longo da história promoveram aberturas para mais propostas de ensino e de qualificação de profissionais até então suprimida, visto que a realidade sempre esteve emaranhada e multifacetada direcionando para constantes reformulações no ensino de acordo com as estratégias governamentais. Com essa transição, o Sinproesemma investiu suas ações para atender as constantes necessidades da categoria docente, dentre elas:

Em 2001, o SINPROESEMMA assinou um convênio com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para execução do Programa de Capacitação de Docente (PROCAD), no valor aproximado de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), que deveria ser pago pelo sindicato. Acompanhando esse problema vem outro: a não prestação de conta dos anos de 1999 a 2000, além do impedimento do primeiro Tesoureiro de ter acesso às contas e aos repasses das contribuições sindicais oriundas dos municípios, assim como o pagamento das mensalidades do programa de capacitação de docente que deveria ser paga pelo professor, mas não foi gerando tal dívida ao sindicato assinante do convênio. (BRUSSIO, 2015, p.115).

¹³ Grupo composto em sua maioria por militantes filiados ao PC do B.(PERGORARO,2015).

¹⁴ O princípio da Unicidade Sindical refere-se à previsão normativa obrigatória de existência de um único sindicato representativo por base territorial, seja este por categoria econômica ou por categoria profissional. Este princípio veda, através de uma norma imperativa, a concorrência entre sindicatos. Em síntese, trata-se de um sistema de sindicato único, com o monopólio de representação sindical.(LIMA,2015, P.32)

No período que compreende as décadas de 1990 a 2000, ocorreram mudanças que alteraram contexto socioeconômico e político e requeriam as reestruturações de caráter neoliberal no processo produtivo, estatal e educacional.

Neste argumento sobressaem-se as determinações na área de formação de educadores conforme a estrutura dos currículos, na configuração e funcionamento dos cursos. No setor educacional, o Brasil progrediu significativamente a partir da discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 que gerou perspectivas e lutas que dar direito a uma educação que contemple padrões mínimos de qualidade, em todos os níveis e modalidades, como condição necessária a uma compreensão da realidade e dos saberes produzidos, historicamente.

O Maranhão neste período vivia uma crise sem precedente quanto à qualidade da educação. Em 1992 o Centro de Documentação e Informação CEDIN – SEEDUC/MA apresenta os dados da educação do Maranhão, onde 92% dos professores de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e 37% do ensino médio não tinham a habilitação mínima exigida. A situação educacional maranhense, no início dos anos 90, na rede de ensino fundamental, era composta por cerca 12.000 estabelecimentos, sendo 96% públicos, com 45.265 professores que atendiam a uma população de mais de 1,2 milhões de alunos. Desses, 89% estudavam em escolas públicas e 11% estudavam em escolas particulares. A Universidade Estadual, ciente da necessidade de uma efetiva política de recursos humanos voltada para os diversos segmentos do sistema educativo formal do Maranhão, elaborou o Programa de Capacitação de Docentes do Sistema Oficial de Ensino do Estado do Maranhão (PROCAD), implantado em 1993 em parceria, inicialmente, SEEDUC/MA e as Secretarias Municipais de Educação da área de abrangência dos campi de São Luís, Bacabal, Caxias e Imperatriz, o PROCAD/UEMA. Inicia em janeiro de 1993, em regime de funcionamento parcelado/intensivo, para o qual foram oferecidas 1.145 vagas, sendo 665 para o campus de São Luís e 480 para os três outros. Foram montadas 19 turmas, somente no campus de São Luís, sendo seis de Pedagogia, três de História, quatro de Letras, quatro de Matemática e duas de Biologia, com a participação de professores provenientes de 83 municípios Maranhenses. O Programa funciona no período de férias de janeiro/fevereiro correspondendo ao primeiro semestre letivo, e julho ao segundo semestre letivo, com aulas durante o dia com carga horária de 8h/a de segunda a sexta feira. Os cursos do Programa inicialmente tinham duração de quatro anos, as aulas aconteciam nos campi da UEMA (São Luís, Caxias, Bacabal e Imperatriz). Os alunos/professores recebiam bolsa de estudo para suprir as despesas com deslocamento e alimentação. DUARTE, 2007, p.9).

A ampliação da formação continuada de professores foi uma importante reestruturação no ensino, visto que a taxa de analfabetismo ainda era muito acentuada e o índice de educadores leigos eram impressionantes e contribuíram para a defasagem no ensino no Maranhão, sobretudo na cidade de Bacabal, como já foi evidenciado anteriormente, o processo educacional na cidade se desenvolveu

tardiamente precisamente a partir da década de 80, onde foram surgindo as escolas públicas e particulares que impulsionaram a educação na cidade.

Bacabal, assim como muitas cidades brasileiras, apresenta grave quadro de desigualdade social e lida com a complexidade advinda desta desigualdade que tem ressonância nos processos desenvolvidos na escola, que precisa urgentemente assumir seu papel, com mais qualidade, e desenvolver uma formação humanista pautada em valores éticos e na capacidade de aprender dos seus alunos. A escola e os educadores, portanto, conscientes da complexidade das relações entre o sistema educacional e a sociedade, não podem se furtar ao desafio de transformar a educação em mais um instrumento para uma cidadania ativa. (PME, 2015,p.46)

Para desenvolver um ensino de qualidade é preciso romper com essas barreiras das desigualdades sociais, reduzir esse distanciamento da equidade no ensino público, desenvolver cursos de formações, a valorização do profissional, buscar a garantia dos direitos da classe docente, para que estes tenham a capacidade de possibilitar um ensino de qualidade que venha estabelecer a verdadeira cidadania e dignidade na educação pública.

Quanto à valorização da carreira docente em Bacabal proposta pelo sindicato, ao longo dos anos, trouxe também em sua essência a importância do pagamento das gratificações, com risco de vida e na educação especial, sobretudo da ampliação da jornada de trabalho de 20 para 40 horas, favorecendo educadores com dificuldades de acumulação de matrículas. Tendo como enfoque ainda expandir as projeções de melhoria para a categoria. Nesse sentido, desde a implantação do sindicato foram realizadas assembleias que consentiram negociação com o governo para abonar direitos e valorizar a carreira docente.

Em Bacabal, a primeira iniciativa para a valorização dos professores se deu em 1998, por força da entrada em vigor do FUNDEF, que exigia de todos os municípios o Plano de Carreira e Salários. No entanto, a sua elaboração se fez sem a participação da representação legítima da categoria, deixando excluídos do texto os funcionários. Mesmo assim, já estabelecia alguns mecanismos de carreira como a promoção, a titulação e a progressão entre outros aos professores. (PME, 2015, p.71).

Nessa iniciativa proposta pelo sindicato para valorização dos professores, apesar dos percalços existentes para que seja legitimada a todos os funcionários da educação, as reivindicações vão sendo atendidas de forma gradual, proporcionando outras novas conquistas que são enfatizadas pelo Estatuto do Educador, garantindo gratificações, eleições para diretores, promoções, titulações.

É relevante dizer quanto à questão salarial dos educadores, em setembro de 2002, no Jornal D Classe¹⁵ Órgão de comunicação do Sindicato dos trabalhadores da educação pública no Maranhão divulgou uma conquista dos professores que ajuizaram uma ação da descompressão salarial fruto do governo de José Reinaldo Tavares, rendendo a eles R\$3 milhões de Reais.

Durante a administração do sindicato no quadriênio 2002/2005 ocorreram alguns embates com o Governo Estadual na época presidido por José Reinaldo Carneiro Tavares a partir da entrega da pauta de reivindicação aprovada ao Governo do Estado em abril de 2002, após dois meses de negociações e negativas por parte do Governo. O Presidente do SINPROESEMMA, através de edital, convoca para de 10 de julho de 2002 a categoria para uma Assembleia Geral Extraordinária que dentre outros assuntos em pauta estava a deliberação a doação de movimentos grevista. (SILVA, 2013, p.100).

A relevância da atuação do SINPROESEMMA quanto a questão da descompressão salarial, foi umas reivindicações que muito beneficiou os servidores efetivos e inativos que compõe o quadro na categoria de magistério da educação básica, possibilitando a correção salarial.

Entre outras conquistas, atendendo a um dos principais pontos da pauta de reivindicações da campanha salarial de 2016 dos educadores, o governo do Estado na gestão de Flávio Dino assinou o Decreto 31.538¹⁶ que regulamenta a lei de ampliação da jornada de trabalho do professor de 20 para 40 horas. Fruto de uma luta que começou em 2012, quando o Estado suspendeu matrículas de quem acumulava cargos na rede, a medida beneficia educadores que desejam ampliar a jornada, ficando com apenas uma matrícula na rede.

Atualmente o SINPROESEMMA continua atuando como linha de frente da categoria, de acordo com o Jornal D'Classe (2019) em uma reportagem sobre as conquistas do sindicato em prol da valorização da categoria dos profissionais da educação, destacaram-se o reajuste de 6,81%, a unificação de matrículas, acionando sempre as prefeituras na questão de regularização de salários

¹⁵ Jornal responsável para divulgações das ações desenvolvidas pelo Sinproesemma. Setembro/2002. Acesso disponível em: <http://www.sinproesemma.org.br/category/dclasse/>. Acesso:18/03/2019.

¹⁶ Art. 2º A ampliação da jornada de trabalho será realizada por processo de opção para 40 (quarenta) horas semanais, normatizado mediante Edital expedido pela Secretaria de Estado da Educação.

4 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Neste capítulo foram apresentadas as respostas dos educadores sobre a temática alçada nesta pesquisa. Para tanto foi realizada uma pesquisa quantitativa, com questionário estruturado aplicado a 20 educadores, na qual se utilizou o critério de inclusão, isto é, apenas os que estavam presentes e aceitaram participar do estudo.

No levantamento de informações realizado, constatou-se no que se refere ao gênero dos docentes, há uma predominância do sexo feminino (65%) em relação ao sexo masculino (35%) dos educadores. (ANEXO B).

É possível perceber que o ofício da docência até séculos atrás era atribuído aos homens, porém com o processo de industrialização e a necessidade de professores deu-se uma abertura de oportunidade para classe feminina. Em consonância com esse contexto, entende-se que “a categoria dos docentes brasileiros é constituída por um público eminentemente feminino, adulto, casado, com família nuclear, de classe média baixa”. (FLEURI, 2015, p. 63).

Ao reportar para os recortes históricos já ponderados nesse estudo, observa-se que o gênero feminino se propagou com a expansão do ensino primário ainda no século XIX e veio intensificando até os dias atuais, no qual a mulher tem representatividade maior na docência do ensino brasileiro.

Ao questionar sobre o tempo de atuação dos docentes, a maioria dos educadores (50%) atua na educação há mais de 10 anos, seguidos de 6 a 10 anos (25%) e de 1 a 5 anos (25%). Conforme os dados levantados nessa pesquisa, a maioria dos educadores atua há mais de 10 anos. (Anexo B).

Para a melhor compreensão do estudo, observou-se ainda de acordo com as respostas dos educadores a maioria (35%) atuou em movimentos sociais, no entanto uma parcela significativa (65%) não participou desses movimentos. (ANEXO B).

Os movimentos sociais foram molas propulsoras para a busca por direitos no país, no entanto, muitos educadores se eximiam a participar, principalmente no período do regime militar por medo de represálias.

Vale ressaltar que a opressão política no período da Ditadura Militar tinha um impacto mais ferrenho sobre os funcionários de escola, justamente, pela subordinação destes aos seus superiores. Infelizmente, por serem mais temerosos em relação às suas reivindicações, também foram mais pacatos no processo de sindicalização e participação das lutas da categoria profissional. (BRUSSIO, 2015, p.131)

Percebeu-se que muitos docentes não atuaram nos movimentos sociais por razões que implicavam em represálias durante o regime militar, porém tinham a consciência do quanto os movimentos docentes foram essenciais para a abertura no campo educacional, e principalmente para a legalização dos sindicatos de professores em âmbito público, Com o processo de redemocratização, aos poucos muitos profissionais da educação foram participando e se sindicalizaram, com a finalidade de se organizarem em prol das lutas pela educação e tornarem-se mais visíveis para a sociedade como classe de profissionais de educação.

Em vista dados apresentados sobre a temática, procurou-se averiguar o período em que se filiou ao sindicato, a maioria dos entrevistados (65%) afirmaram que se filiaram nas décadas de 2001 a 2015, no qual o país passava por profundas transformações na área socioeconômica e política e 25% dos entrevistados afirmou que se associaram nas décadas de na década de 1990 a 2000 e 10% afirmou que se filiou no período de 2016 aos dias atuais. (ANEXO B)

O SINPROESEMMA como entidade civil e representativa da classe é considerado o maior sindicato em educação pública do Estado, atualmente tem como presidente sr. Raimundo Nonato Costa Oliveira, possui um contingente de 34.524 associados, entre professores e funcionários em educação (diretores, agentes administrativos, agente escolar, coordenação e supervisão educacional). Traz em seu contexto como vantagens na filiação sindical, além da participação nas principais lutas em defesa da educação pública de qualidade e dos direitos dos educadores, uma série de benefícios e vantagens: alojamento na sede Social do SINPROESEMMA, localizada na Estrada de Ribamar, assistência jurídica gratuita e cartão-desconto em uma rede de lojas conveniadas. (SINPROESEMMA, 2019).

Com intuito de proporcionar mais reconhecimento da relevância dos trabalhos prestados pelo referente sindicato, este dispõe de recursos informativos por meio do próprio site (www.sinproessemma.org.br), página de rede social, (<https://www.facebook.com/pages/category/Education/SINPROESEMMA-On-Line>,

Jornal informativo conhecido como Jornal D' Classe- imprensa escrita, televisiva, radiofônica e virtual(SINPROESEMMA,2019).

Quanto à importância do sindicato para reivindicações de seus direitos, todos os entrevistados afirmaram que é importante à atuação do SINPROESEMMA. Leva-se em consideração que atuação do sindicato foi muito significativa para os docentes na cidade de Bacabal, uma vez que principais conquistas a reformulação do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração (PCCR); balanço de recomposição salarial de 7,64%, gratificação de 30% para todos os professores que trabalham com educação especial e Condição Especial de Trabalho (CET) para gestores de escolas. (SINPROESEMMA, 2019).(ANEXO B).

Nesse sentido, Rosso (2013) evidencia a importância do sindicato para os professores:

O sindicato firmou-se como movimento e como instituição social. Na condição de instituição, o sindicato docente pode assumir as mais diversas configurações, assim pode restringir sua ação aos limites específicos da instituição e da categoria. De seu caráter institucional, decorrem questões de pesquisa relativas à estrutura dos poderes de organização. Entretanto, a atividade docente não se restringe a seu público interno nem a função meio. “As socializações das novas gerações e as atividades de transformação dos valores dos princípios de ação da sociedade dependem do trabalho docente.” (ROSSO, 2013, p.19).

A relevância das atribuições das entidades sindicais tem como finalidade direcionamento para as negociações coletivas, que certificam aos trabalhadores o conhecimento de seus direitos, sua busca constante na aplicabilidade da lei que os garantem e bem como o fruto de suas conquistas. A ação dos sindicatos ganha importância quando se analisa as temáticas e as negociações que tiveram resultados significativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proeminência dos movimentos sociais docentes ao longo da história educacional influenciou sobremaneira o processo de sindicalização dos professores. Pode-se dizer que esses movimentos tiveram mais ênfase em meados da década de 1970 a 1980, na qual o país estava vivenciando a transição política do regime militar para a redemocratização.

É interessante assinalar a relevância desses movimentos sociais, uma vez que a participação das pessoas influenciou a opinião pública de uma sociedade, principalmente ao que se refere em aspectos educacionais, pois busca propor ideias que venham motivar positivamente a melhoria na qualidade do ensino, diálogo estratégico que venham a surgir propostas que caracterizam as melhorias no modelo educacional vigente.

É evidente que a historicidade que delimita a profissão docente no Brasil está atrelada com as constantes lutas e movimentos sociais em prol de melhorias para o sistema educacional desde os tempos mais remotos e nesse percurso a luta pelos direitos dos educadores foi permeada pela criação de associações, por movimentos docentes e palestras que embatiam os sistemas governamentais.

Na pesquisa realizada com os educadores filiados ao núcleo do SINPROESEMMA em Bacabal, que a maioria dos docentes (65%) não atuou em movimentos sociais, apesar de saberem da relevância dessas ações em prol da garantia dos direitos da classe, muitos não participavam porque ainda viviam sobre a égide do regime militar e não queria entrar em conflito com o governo vigente.

Evidenciou ainda neste estudo que a maioria dos educadores entrevistados se filiou a partir dos anos de 2001 a 2015, nesse período foi marcada por profundas mudanças educacionais, vivenciava constantes greves em prol de recomposições e reajustes salariais, melhorias nas condições de trabalho entre outros fatores, e com a filiação sindical proporcionou um espaço para mobilização de reivindicações de direitos.

A partir das discussões e observações realizadas durante todo o percurso desta pesquisa, observou-se que as conquistas das reivindicações atendidas ao longo dos anos foram frutos de constantes embates da classe dos educadores. No entanto, sabe-se que ainda são muitas lutas a serem vivenciadas em prol de uma

educação de qualidade e principalmente não só a conquista de novos direitos, como a manutenção dos já estabelecidos.

Contudo, o que se compreende é que o sindicalismo docente atual ao se deparar com as constantes lutas e entraves já citados como as várias reivindicações de pautas próprias da categoria docente, é compelido a realizar uma reflexão crítica quanto sua prática tanto sociopolítica como formativa, além do mais deve estar atento as novas formas de agir mediante as constantes mudanças governamentais que sempre está sujeito. Neste contexto marcado sempre por conflitos de interesses, as opções estão sendo impostas para se adequar as novas formações sociais e modelos educacionais que estarão sendo implantados constantemente no cenário nacional.

Enfim, a pesquisa assinala para um maior aprofundamento teórico, visto que a temática é marcada por complexidade. Assim o que se realizou foi um estudo exploratório para fomentar conhecimentos acerca do movimento sindical na cidade Bacabal, os aspectos históricos que delinearam as mudanças no cenário educacional na cidade e conseqüentemente influenciaram nas lutas dos educadores em busca de propostas e reivindicações.

REFERÊNCIAS

ABREU, Malila G. R. . A Luta em defesa da escola pública protagonizada pelos professores na década de 80 e 90: primeiras aproximações. In: XIII Jornada do HISTEDBR/X Seminário de Dezembro, 2014, Caxias/MA. A Crise do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira. **Anais..** Caxias-Maranhão: CESC-caxias, 2014. v. 12. p.2773.

ALMEIDA, Alfredo Vagner Berno de. MOURÃO, Laís. **Questões agrárias no Maranhão Contemporâneo**.in Pesquisa Antropológica, nºs 9 e 10, Brasília, UNB, 1976.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRUSSIO, José dos Santos. **A memória e a identidade do sindicato de trabalhadores em educação das redes pública estadual e municipais do maranhão-Sinproesemma**, São Luis, Maranhão-Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Fernando Pessoa. São Luís, Maranhão, Brasil e Porto, Portugal, 2015.

CNTE - Trabalhadores em Educação: **Perfil e Representações dos Delegados ao 23º Congresso da CNTE**. 1991

COSTA, Cleonice Marques **Modernidade e atraso na educação pública maranhense: Uma análise dos discursos governamentais (1966 a 1979)** Dissertação (monografia) – Universidade Estadual do Maranhão, Curso de Licenciatura em História, 2008.

DANTAS, Vanessa A.; BAUER, Carlos. O Ensino Público Maranhense em Tempos de Ditadura Civil-militar. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015,**Anais...** São Luís. Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: UFMA, v. 1, 2015.

_____. Breve história das lutas dos trabalhadores em educação no maranhão (1985-1989). In: XIV Jornada do HISTEDBR, 2017, Foz do Iguaçu. **Anais da Jornada** do XIV HISTEDBR: pedagogia histórico - crítica, educação e revolução: 100 anos da Revolução Russa. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná., 2017.

DUARTE, Ana Lúcia Cunha. Política de formação de professores para a educação básica no Maranhão: uma revisão necessária. In: XXIII Simpósio brasileiro de Política e Administração da educação, 2007, **Anais...**porto alegre. Cadernos ANPAE, 2007.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. Do Alto Mearim ao Médio Mearim (MA): de espaço de conquista a lócus de fixação de migrantes nordestinos. XVII Simpósio Nacional de História. **Anais...**ANPUH.Rio Grande do Norte,22 a 26 de julho 2013.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Somos todos trabalhadores em Educação?** Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p. 225-240, maio/ago. 2007.

FERREIRA JÚNIOR, A. BITTAR, Marisa. Professores e **Sindicalismo em Mato Grosso do Sul: 1979-1986. Campo Grande: UFMS, 2003.**

FLEURI, R.M. . **Perfil profissional docente no Brasil:** metodologias e categorias de pesquisas. Brasília, Inep, .2015

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2010.

FURLAN, Elisângela. **Educação da década de 1970:** formação sem informação. Anais da Jornada do HISTEDBR. 11. 2013, Anais. Campinas: EdUnicamp, 2013.. Disponível em < <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>>. Acesso em 18 de mai Marco, 2018.

GINDIN, J. J., Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil. In. Seminário Internacional para discussões de pesquisas: associações e sindicatos dos trabalhadores em educação, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** do Seminário Internacional para discussões de pesquisa, Rio de Janeiro: 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais:** espaços de educação não formal da sociedade civil. Universia, 2004. Disponível em: Acesso em: 15 Março 2018.

_____ Movimentos sociais na contemporaneidade- Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, 2011.

LEITE, M. de P. Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade. In: _____. (org.) **O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil.** Campinas: Papyrus, pp. 09-31, 1997.

LÖHER, Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007.** Teresina, Halley, 2009.

LOURENÇO, Elaine. Salários e greves: memórias dos professores da escola pública paulista nas décadas de 1970 e 1980. **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH .São Paulo, julho 2011

MIRANDA, Kênia. **As lutas dos trabalhadores da educação: do Novo Sindicalismo à ruptura com a CUT.** Niterói : UFF, 2011.

OLIVEIRA, Raimundo Sergio de. **Bacabal de Sempre.** Bacabal, MA: 19/02/2003. Disponível em 12/09/2018://www.conasa.org.br

O apelo de dez mil barrados na praça. **Jornal O Imparcial**, 07 nov. 1985, p.2

PLANO MUNICIPAL DE BACABAL – Prefeitura Municipal de Bacabal-. Secretaria Municipal de Educação. Bacabal - MA, 2015

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base: discurso e prática (1961-1967)**. São Luís: UFMA, 1985.

ROSSO, Sadi Dal. Fragmentação sindical. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 39- 52, abr./jun. 2013. Editora UFPR. 2013

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. Santa Catarina. **Política e Sociedade**, v. 7, n 13, 2008.

SANTOS, Clarice dos. Os desafios da formação de professores nos anos 1990. **Unoesc & Ciência** - ACHS Joaçaba, v. 7, n. 1, jan./jun. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Robson Santos Câmara. **O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato**. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

SARTORI, Adriane Teresinha. (Re)significações dos Memoriais de Formação. **Anais II CIPA (Congresso Internacional sobre Pesquisa (Auto)biográfica: tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 10 a 14 de setembro de 2006.

SINDICATO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO MARANHÃO-SINPROESEMMA. Disponível em: < <http://www.sinproessemma.org.br/>>. Acesso 19 de maio de 2019.

VIDAL, D. G. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013.

ANEXOS

ANEXO A: Questionário aplicado com os professores



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS III – BACABAL - MA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO DE PESQUISA (PROFESSORES)

1. Quanto ao gênero:

 Masculino Feminino

2. Há quanto tempo atua na área da educação?

 De 1 a 5 anos

 de 6 a 10 anos

 acima de 10 anos

3. Você já atuou em algum movimento social em sua cidade?

 Sim Não

4. Qual o período que se filiou ao sindicato:

 de 1990 a 2000

 de 2001 a 2015

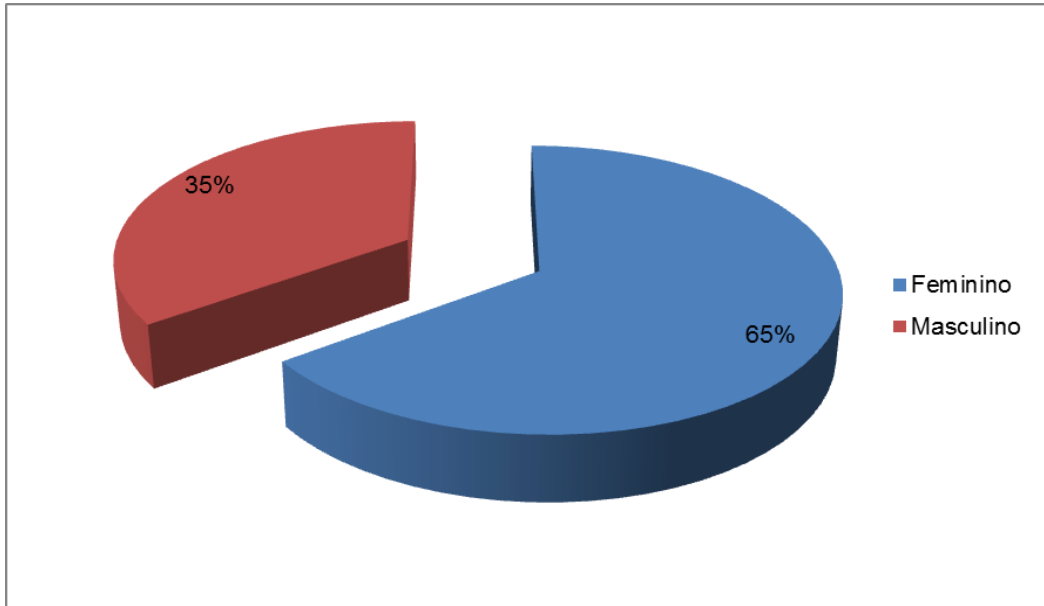
 de 2016 aos dias atuais.

5. A atuação do sindicato para reivindicações de seus direitos tem sido satisfatória?

 sim não

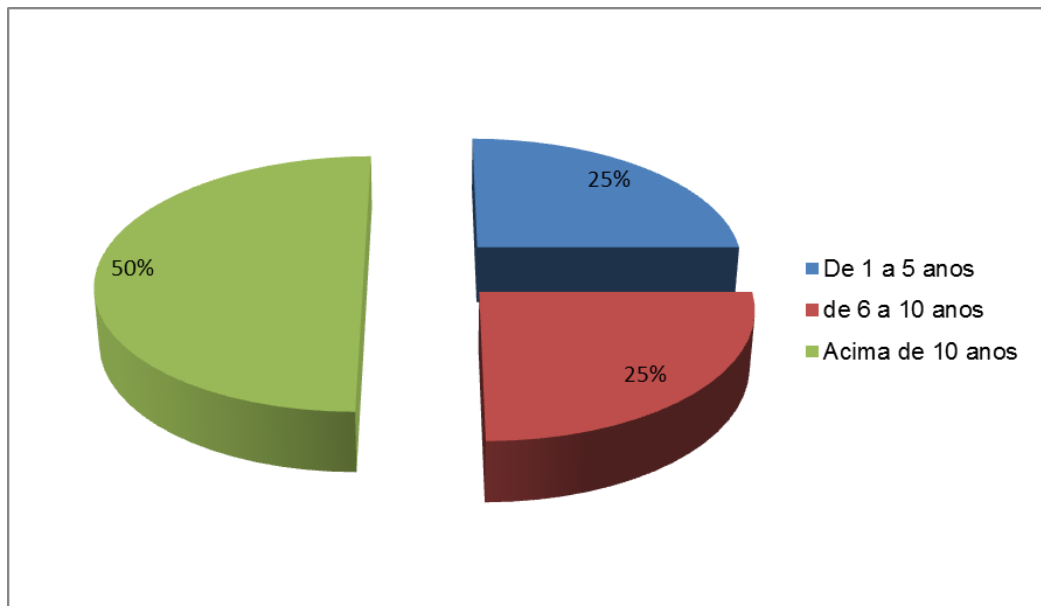
ANEXO B- gráficos dos dados obtidos no Questionário com Professores

Gráfico 1 : Distribuição percentual quanto ao gênero



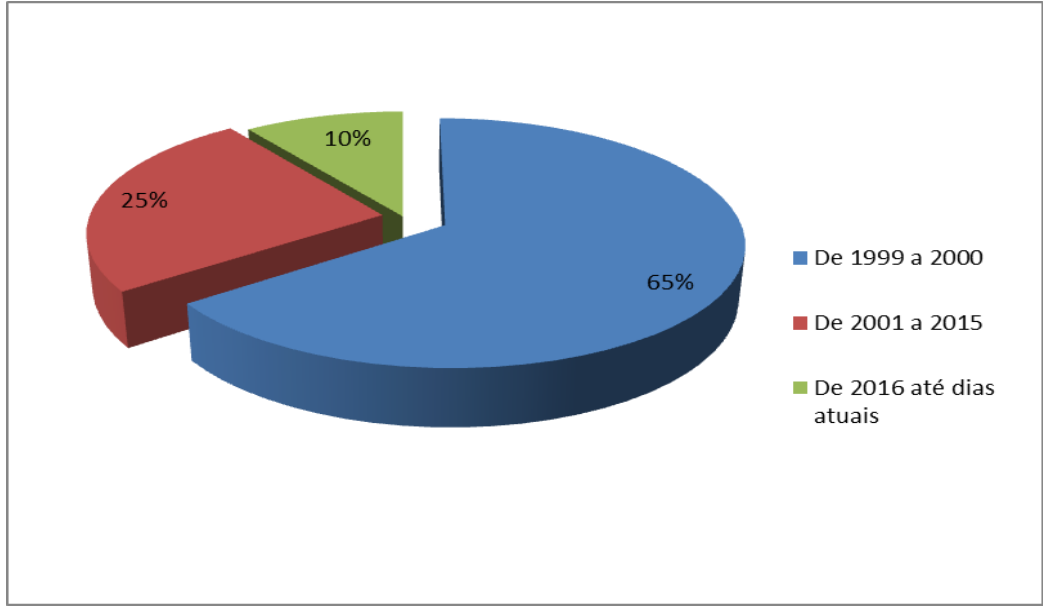
Fonte: Autora (2019)

Gráfico 2: Quanto tempo atua na educação



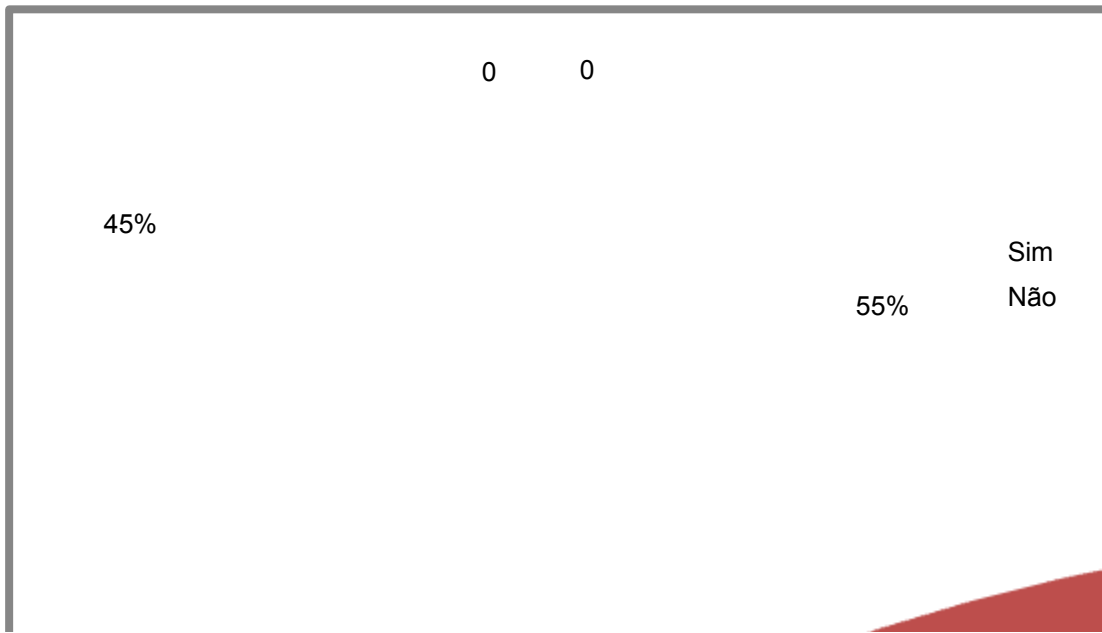
Fonte: Autora (2019)

Gráfico 3: Período que se filiou ao sindicato?



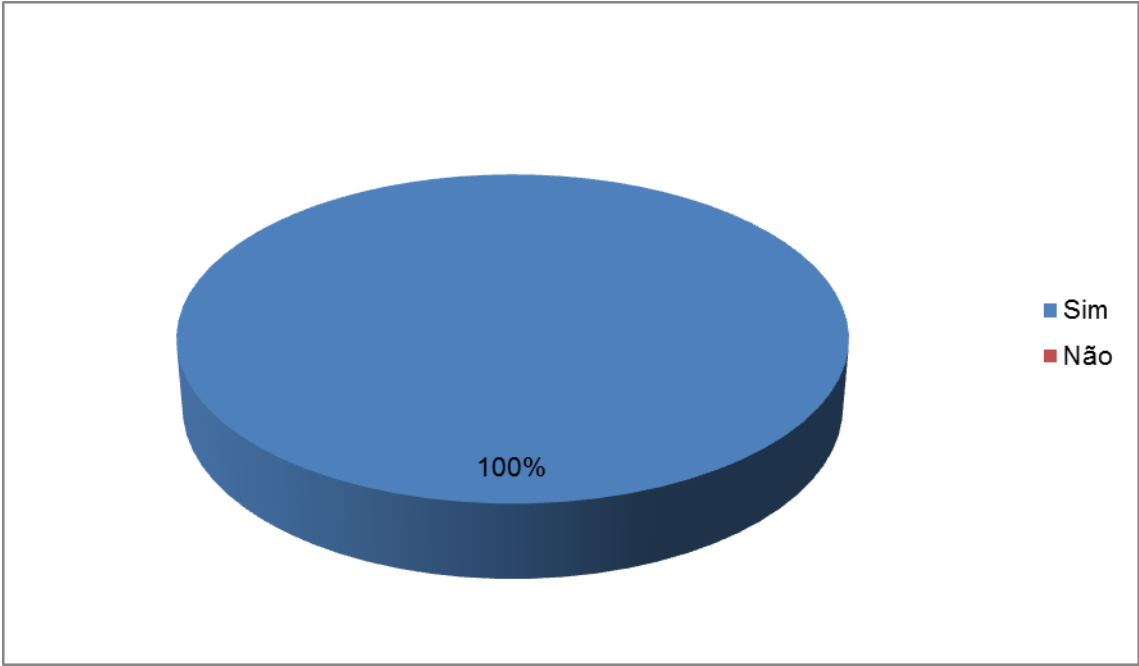
Fonte: Autora (2019)

Gráfico 4: Você já atuou em algum movimento social em sua cidade?



Fonte: Autora (2019)

Gráfico 5: Você considera importante atuação do Sinproesemma de Bacabal para garantia dos direitos de uma categoria profissional?



Fonte: Autora (2019)

ANEXO 3: Ata da fundação do Sindicato dos Professores do Maranhão

CARTÓRIO

**de Registro de Títulos e Documentos e
Registro Civil de Pessoas Jurídicas**

Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial do Registro

BANCO DO BRASIL S.A.
BACABAL - (MA)
PROTOCOLO
06 MAR 1991
providenciado arquivado
Em

U S A N D O da faculdade que me confere a Lei a requerimento verbal, certifico que revendo o Livro A Nº18 de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Cartório a meu cargo, nele se encontra o do Estatuto e da Ata de Fundação do **SINDICATO DOS PROFESSORES PÚBLICOS, ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E SERVIDORES PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINPROSEMMA**; certifico mais que dito Estatuto se encontra publicado no Diário Oficial do Estado de Nº021 de 30 de janeiro de 1989; certifico ainda mais que o Estatuto e a Ata tomaram o Nº106.274 de Ordem do protocolo e o Nº6.204 de Registro em data de 17 de Fevereiro de 1989; certifico finalmente que o referido registro foi requerido e apresentado por **Lucimã Goes de Sousa - Presidente**. São estas as certidões narrativas em livro acima declarado que fielmente me reporto e dou fé. São Luís, 17 de Fevereiro de 1989. Eu, Dulce dos Reis Sousa - **Escrevente Juramentada**, subscrevi e assino.

São Luís, 17 de Fevereiro de 1989.

Cartório de Registro de Títulos e Documentos
e das Pessoas Jurídicas
Dulce dos Reis Sousa
Dulce dos Reis Sousa
Escrevente Juramentada

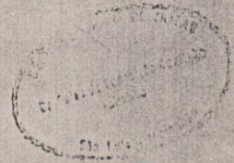
TERMO DE ABERTURA

O PRESENTE LIVRO, CONTENDO CEM FOLHAS NUMERADAS GRAFICAMENTE, DESTINAR-SE-Á A LAURATURA DA ATIVIDADE DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA QUE TRANSFORMA A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO MARANHÃO - APEM - EM SINDICATO DOS PROFESSORES PÚBLICOS, ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E SERVIDORES PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS DO ESTADO DO MARANHÃO.

SÃO LUIS, 25 DE JANEIRO DE 1989

D. Joziana Maria Ferraz da Menezes
SECRETÁRIA

Dr. Curiel de Azevedo
PRESIDENTE



Cartório Civil Notário
S. Paulo, 17 de Janeiro de 1989
[Signature]
[Signature]
[Signature]